

CADERNO

202

FADENOR
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS

2 . 222 . 463

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAMARANDIBA - MG**

CONTADOR

ORIENTAÇÕES

- 01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a resposta não será computada.
- 04 - Para marcar as respostas, use preferencialmente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. **NÃO** utilize caneta com tinta vermelha. Assinale a resposta certa, preenchendo toda a área da bolinha.
- 05 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 06 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. **NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.**
- 07 - Não se esqueça de assinar a Lista de Presenças.

OBS.: Candidatos com cabelos longos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas durante a realização das provas. É proibido o uso de boné.

NOME:

Nº DO PRÉDIO:

SALA:

ASSINATURA

COTEC
CONCURSOS
TÉCNICOS

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

A Lei n.º 4.320/1964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de todos os entes federativos, dispõe a respeito da contabilidade orçamentária e financeira das instituições públicas, especialmente, sobre a dívida flutuante, no Art. 92. Segundo a referida lei, a dívida flutuante é composta de

- I - restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- II - débitos de tesouraria.
- III - depósitos.
- IV - acordos de exigibilidade superior a doze meses.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV.

QUESTÃO 02

Os demonstrativos contábeis da Prefeitura Municipal de XZ apresentaram, em 31/12/2xx1, *superávit* financeiro de R\$ 500.000,00 e excesso de arrecadação na ordem de R\$ 1.000.000,00. Os resultados apresentados são apurados, respectivamente, por meio de

- A) balanço financeiro e balanço orçamentário.
- B) balanço orçamentário e balanço patrimonial.
- C) anexo de metas fiscais e balanço patrimonial.
- D) balanço patrimonial e demonstrativo das mutações do patrimônio líquido.
- E) balanço patrimonial e balanço orçamentário.

QUESTÃO 03

De acordo com o Art. 58 da Lei n.º 4.320/1964, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição denomina-se

- A) homologação da licitação.
- B) liquidação da despesa.
- C) autorização legislativa de orçamento.
- D) empenho de despesa.
- E) suplementação de orçamento.

QUESTÃO 04

Sobre orçamento público, considere a seguinte situação hipotética do município de XZ: Foi fixada, na lei orçamentária anual (2022), dotação orçamentária (crédito inicial) para a aquisição de veículo, mas, por motivos alheios, o gestor não conseguiu realizar o processo licitatório e empenhar a despesa no exercício de 2022. A respeito da dotação orçamentária fixada na lei orçamentária de 2022, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Está correta a utilização em 2022, mas, se o município persistir em adquirir o veículo, deve incluir nova dotação orçamentária na lei orçamentária anual vigente para 2023.
- B) Está correta a utilização em 2022, mas o município pode aproveitar em 2023 a dotação orçamentária não utilizada em 2022, desde que a despesa tenha sido empenhada em 2022 e inscrita em restos a pagar.
- C) Está correta a utilização em 2023, mas faz-se necessário transferir a dotação orçamentária não utilizada em 2022 para o exercício financeiro de 2023.
- D) Está correta a utilização em 2023, desde que o município faça anulação da dotação orçamentária no exercício de 2022, reabrindo essa dotação no exercício financeiro de 2023 como um crédito suplementar.
- E) Está correta a utilização da dotação orçamentária não utilizada em 2022 no exercício financeiro de 2023, para esta finalidade específica.

QUESTÃO 05

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o balanço financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, em que se demonstra

- I- a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
- II- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS.
- III- o resultado financeiro do exercício apresentado neste demonstrativo, evidenciando o *superávit* ou *déficit* financeiros do exercício apurado no Balanço Patrimonial.
- IV- os ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas **CORRETAS**.

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 06

A Prefeitura Municipal de ZN apresentou os seguintes dados, extraídos de seu Balanço Orçamentário do último exercício financeiro:

Contas	Valores em R\$
Receitas realizadas	100.000,00
Despesas empenhadas	80.000,00
Despesas empenhadas liquidadas	60.000,00
Despesas pagas	20.000,00

Fonte: Elaborador, 2022.

Considerando as informações do demonstrativo apresentado, assinale a alternativa que evidencia os valores dos Restos a Pagar Processados e dos Restos a Pagar Não Processados, respectivamente.

- A) R\$ 20.000,00 e R\$ 60.000,00.
- B) R\$ 40.000,00 e R\$ 20.000,00.
- C) R\$ 60.000,00 e R\$ 40.000,00.
- D) R\$ 60.000,00 e R\$ 80.000,00.
- E) R\$ 80.000,00 e R\$ 60.000,00.

QUESTÃO 07

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais deseja adquirir um micro-ônibus por meio de licitação pública, no intuito de garantir o transporte de detentos para as diversas penitenciárias de Minas Gerais. Seguindo os dispositivos da Lei de Licitações n.º 14.133/2021, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O processo licitatório é regido obrigatoriamente pela Lei n.º 14.133/2021, uma vez que a Lei n.º 8.666/1993 foi revogada a partir de 2021.
- B) O órgão pode utilizar as regras da Lei n.º 8.666/1993, mas obrigatoriamente o contrato deve atender os ditames da Lei n.º 14.133/2021, após a revogação da Lei n.º 8.666/1993.
- C) O órgão pode utilizar as regras das Leis n.º 8.666/1993 e 14.133/2021, desde que seja informado no edital de licitação, buscando garantir um contrato mais vantajoso à Administração Pública.
- D) O órgão pode utilizar as regras da Lei n.º 8.666/1993, desde que previsto no edital de licitação, e o contrato firmado deve seguir essa legislação durante toda a sua vigência.
- E) O órgão pode utilizar as regras da Lei n.º 8.666/1993, desde que previstas no edital, e, em caso de vantagem para o gestor, é permitido executar o contrato, seguindo as regras da Lei n.º 14.133/2021.

QUESTÃO 08

A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em que o gestor público deve se atentar para às modalidades de licitação. Analise as modalidades de licitação a seguir:

- I. Tomada de preços.
- II. Pregão.
- III. Convite.
- IV. Concorrência.
- V. Diálogo competitivo.

Tratando-se das modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021, estão **CORRETAS** apenas as modalidades

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

QUESTÃO 09

A Resolução do Senado Federal n.º 40/2001 dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no Art. 52, VI e IX, da Constituição Federal de 1988. Tendo por base essa resolução, leia o enunciado a seguir.

Durante a execução do orçamento do Exercício 2xx2, a Prefeitura de Itambé (MG) percebeu que seus recursos próprios não seriam suficientes para desenvolver as políticas públicas desejadas naquele município e, assim, precisaria obter recursos de terceiros por meio de operações de crédito, podendo aumentar as dívidas da instituição. Porém, a lei fiscal impõe limite para esta operação, ou seja, a base de cálculo é a receita corrente líquida (RCL), observando o disposto no Art. 2.º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 101/2000, e sobre ela é calculado o limite de endividamento dos entes públicos. Sendo assim, no final do exercício financeiro, o gestor, para verificar se estava obedecendo ao limite de endividamento determinado por lei, apurou que o montante da sua receita corrente líquida era de R\$ 3.500.000,00.

Fonte: Elaborador, 2022.

De acordo com o enunciado e a legislação vigente sobre o endividamento total deste município, deve-se obedecer ao limite de

- A) R\$ 4.200.000,00.
- B) R\$ 4.000.000,00.
- C) R\$ 3.500.000,00.
- D) R\$ 3.499.000,00.
- E) R\$ 3.000.000,00.

QUESTÃO 10

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária pública se materializa pelas disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Em observância a esse conceito, foram identificados, em um determinado exercício financeiro, os seguintes ingressos de recursos financeiros no caixa de uma determinada prefeitura (valores em reais):

Quadro de Receitas Públicas

Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	R\$ 4.000,00
Imposto sobre serviços (ISS)	R\$ 1.000,00
Cota – Parte de ICMS	R\$ 2.500,00
Fundo de participação de municípios (FPM)	R\$ 5.000,00
Alienação de bens imóveis	R\$ 3.000,00
Alienação de valores mobiliários	R\$ 1.500,00
Aluguéis de imóveis	R\$ 1.500,00
Royalties	R\$ 2.000,00
Cota – parte do IPVA	R\$ 1.500,00
Arrendamentos	R\$ 2.000,00
Imposto sobre a propriedade territorial rural	R\$ 1.200,00
Remuneração de depósitos bancários	R\$ 500,00

Fonte: Elaborador, 2022.

Com base nos dados, a classificação de receita patrimonial e transferência representam, respectivamente, o montante de

- A) R\$ 9.000,00 e R\$ 13.000,00.
- B) R\$ 8.000,00 e R\$ 10.200,00.
- C) R\$ 7.500,00 e R\$ 10.000,00.
- D) R\$ 7.200,00 e R\$ 10.000,00.
- E) R\$ 6.000,00 e R\$ 9.000,00.

PROVA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**QUESTÃO 11**

Trata-se, dentre outras, de competência comum entre, por exemplo, o Estado e o município de Itamarandiba (MG) o/a

- A) estabelecimento de servidões administrativas municipais.
- B) promoção de políticas de iluminação pública.
- C) estabelecimento de políticas de educação para a segurança do trânsito.
- D) prestação de assistência médico-hospitalar de pronto-socorro.
- E) estabelecimento de normas de edificação e zoneamento urbanas.

QUESTÃO 12

São princípios inerentes ao dever do município, em relação à educação, a

- A) igualdade de condições de acesso à educação superior.
- B) liberdade de cátedra e a prestação de educação superior.
- C) garantia da prestação do ensino na educação básica privada.
- D) regulamentação das atividades de ensino básico privado.
- E) igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

QUESTÃO 13

Não constitui infração político-administrativa do prefeito municipal regrada na legislação pertinente o/a

- A) exercício de cargo de magistério em educação superior.
- B) negligência na defesa dos interesses municipais.
- C) desatendimento injustificado de pedidos apresentados pela Câmara Municipal.
- D) incontinência contra o decoro do cargo.
- E) intempestividade na apresentação de projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 14

São de competência exclusiva da Mesa da Câmara municipal de Itamarandiba (MG) as leis que

- A) estabelecem a criação de cargos em autarquias municipais.
- B) autorizam a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- C) versam sobre a concessão de auxílios e subvenções.
- D) dispõem sobre o provimento de cargos na Administração Pública municipal.
- E) tratam da criação e extinção de cargos em entidades fundacionais municipais.

QUESTÃO 15

No âmbito do município de Itamarandiba (MG), considera-se como complementar a lei que versa sobre o/a

- A) regulamentação dos limites municipais.
- B) código escolar.
- C) regulamentação dos serviços funerários.
- D) código de vigilância sanitária.
- E) código de ética municipal.

PARECER TÉCNICO
SITUAÇÃO HIPOTÉTICA

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - O parecer deve ser respondido na Folha de Respostas com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), no espaço reservado. A PROVA FEITA A LÁPIS SERÁ ANULADA E ATRIBUÍDA A NOTA ZERO.
- 02 - Se usar letra de FORMA, deverão ser observadas as normas de acentuação gráfica.
- 03 - A Folha de Respostas não poderá ter qualquer outra identificação do candidato, além da Identificação já impressa. Aparecendo o nome ou número de inscrição fora da Ficha de Identificação, a Prova será anulada e computada a nota zero.
- 04 - O parecer deverá ter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 50 (cinquenta) linhas. Será desconsiderado, para critério de avaliação, o texto que for escrito fora do local apropriado, que ultrapassar o número de linhas permitidas ou que não tiver o número mínimo de linhas.

Com base no texto abaixo, emita o seu parecer.

Imagine que você, candidato(a), possui a função de parecerista técnico (contabilidade) da Prefeitura Municipal de Amargosa (MG). Você foi demandado pelo Setor de Licitações para emitir um parecer técnico sobre a qualificação econômico-financeira do Balanço Patrimonial da Empresa Lopec Construtura Ltda – CNPJ 35.445.953/0001-02, estabelecida na Av. Doze de Maio, 100 – Funcionários, Amargosa (MG), CEP 39.200-000, que participou do Processo de Licitação 30/20x1 – Tomada de Preços 30/20x1, – Edital de Licitação n.º 30/20x1, cujo objeto é a Construção de uma Unidade de Pronto Atendimento de Saúde (UPA) no bairro mais novo da cidade.

Informações do Edital de Licitação n.º 30/20x1**DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

II - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A referida exigência está estendida também às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. As demonstrações contábeis devem ser assinadas por profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade, constando o número do Livro Diário e número das folhas em que o Balanço se acha transcrito, e observando, de acordo com o Parágrafo 5.º, Art. 31, da Lei n.º 8.666/1993, os seguintes índices contábeis:

Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC): ≥ 1.0 (maior ou igual a um ponto zero).
Índice de Solvência Geral (ISG) maior que 1.0 (um ponto zero).

$$ILG = (AC + RLP)/(PC + PNC)$$

$$ILC = AC/PC$$

$$ISG = AT/(PC + PNC)$$

Em que:

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a longo prazo

PC = Passivo circulante

PNC = Passivo não circulante

AT = Ativo total

ILC = Índice de liquidez corrente

ILG = Índice de liquidez geral

ISG = Índice de solvência geral

Informações apuradas no Balanço Patrimonial – Lopec Construtura Ltda – CNPJ 35.445.953/0001-02
Registro Junta Comercial: 224226-1 em 31/12/20xx1

ILC= 2,20

ILG= 2,10

ISG= 0,80

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

RASCUNHO

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

